

# Política

—CONSTITUINTE—

Sem acordo com Ulysses, o Centrão vai levar hoje ao plenário sua proposta de alteração do regimento. Mas terá de apresentar 280 votos a favor. O Centrão diz ter mais que isso. Só não pode garantir que todos estarão presentes.

*ans*

# A decisão é no voto

Não houve acordo entre o Centrão e a Mesa da Constituinte. Agora, só a sessão plenária de hoje, às 14h30, é que poderá decidir ou não pelas alterações do regimento. E, para conseguir seu objetivo, o Centrão terá mesmo de provar que detém os 280 votos para aprovar as mudanças. "Temos, no mínimo, 300 parlamentares presentes", assegurou ontem o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), depois de uma longa reunião com os membros do grupo para estudar a estratégia de atuação em plenário.

"Vamos mostrar que os democratas que não são da esquerda são mais capazes do que aqueles pretensos democratas da esquerda", recomendou Cardoso Alves. "Precisamos agir como a esquerda ou semelhantes. Se fomos tratados com carinho, os tratamos com carinho redobrado. Mas se quiserem briga, também terão briga em dobro." Na opinião dos coordenadores do grupo, o Centrão precisa apenas provar que está unido. "Se for necessário, posso até trancar gente em casa para que não deixe a cidade, comprometendo o quórum", prometeu ontem o deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, estava desanimado ontem, depois da reunião com o Centrão. "Em certos pontos houve avanços", disse, embora sem especificar. "Mas parece que não haverá entendimento." Ulysses explicou que o trabalho da Sistematização não pode ser ignorado em plenário. "A comissão é que dá o parecer, elabora o substitutivo, vê se o projeto presta ou não presta. O plenário e a comissão se completam", enfatizou. E, mesmo reconhecendo que o plenário não é homologatório da comissão, esclareceu que sua experiência parlamentar demonstra que 95% dos pareceres da comissão são confirmados em plenário.

Expedito Machado confessa não acreditar muito na possibilidade de alteração do anteprojeto da Sistematização. Diz ele que falta entendimento entre os próprios integrantes do Centrão sobre o conteúdo das emendas. E prevê que não haverá número suficiente para aprová-la. Machado chega a admitir que, se a mudança do regimento não for votada hoje, haverá dificuldades para reunir novamente os 280 componentes do Centrão.

Mas Expedito observa também que não será fácil os demais constituintes reunirem 280 votos para manter a íntegra das emendas do anteprojeto — o que naturalmente provocaria um impasse. "Nós somos maioria", constatou. "Por isso, são eles que precisam entender-se conosco", completou Machado, referindo-se aos setores chamados progressistas da Constituinte.

## Divergências

O Centrão quer prioridade absoluta para as emendas e destaques apresentados por mais de 280 constituintes. Ulysses insiste que a forma de votação deve ser de acordo com a tradição da Câmara e do Senado — ou seja, votação do projeto como um todo, ressaltando os destaques. Sem acordo, Ulysses não tentou nenhuma contraproposta. Mas o Centrão deixou claro que está disposto a tudo. "Se alguém rir, vamos rir mais forte. Se baterem palmas, vamos bater mais forte ainda", garantiu Roberto Cardoso Alves.

Para levar adiante seu intento, o Centrão já delineou uma estratégia. Um dos planos é manter uma espécie de "tropa de choque" do grupo para evitar que os parlamentares do outro lado se apossessem dos microfones de apertar impedindo que eles possam falar. "Podemos ter errado quando aceitamos o regimento atual, que permitiu a uma minoria impor suas teses e decidir pelo conjunto", reconheceu Cardoso Alves. "Agora haverá a reversão através do voto. E, em algumas táticas, vamos seguir o exemplo das esquerdas, atuando de forma organizada e consciente."

Do encontro entre Ulysses e o Centrão houve entendimento quanto às emendas a serem apresentadas por constituinte. O regimento prevê três emendas e seis destaques, mas, segundo o acordo, será possível apresentar quatro emendas, mantendo os seis destaques. Com isso, o total de emendas pode chegar ao máximo de 4.478 no primeiro turno.

O problema, agora, é convencer os componentes do Centrão da necessidade de não sair de Brasília — "ou tudo irá por água abaixo", advertiu o líder do PDS, deputado Amaral Neto. "Se não estivermos unidos, poderemos ser derrotados e cairemos no ridículo."



Ulysses: votar logo.



Centrão: união e temor.

A Mesa da Constituinte decidiu acolher 11 das 45 emendas apresentadas à sua proposta de alteração regimental, mas não conseguiu contentar o Centrão — que hoje tentará fazer valer no plenário a sua força majoritária.

O ponto básico do impasse está no número de 280 votos que o Centrão exige para se aprovar ou rejeitar qualquer matéria, inclusive pontos que venham a ser destacados do próprio substitutivo. Os 280 votos representam metade mais um do total de constituintes.

O projeto apresentado pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e subscrito por mais 318 integrantes do Centrão é simples: permite que a maioria absoluta da Constituinte apresente substitutivos, emendas substitutivas, aditivas e supressivas de títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos e incisos do trabalho da Comissão de Sistematização e estabelece rito sumário para sua tramitação, com apresentação de parecer oral, pelo relator, em plenário. E — outro ponto muito importante — determina que qualquer parte destacada do substitutivo só possa ser mantida se obtiver 280 votos favoráveis. Normalmente, para serem reti-

## E o Centrão avisa: vai mostrar sua força.

radados do substitutivo é que seriam necessários os 280 votos.

Em nome da Mesa da Constituinte, o 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), apresentou uma proposta mais completa para substituir a do Centrão. Por essa proposta, publicado o texto do substitutivo da Comissão de Sistematização no "Diário da Assembleia Nacional Constituinte" — o que só ocorrerá depois de votada a alteração no regimento —, abre-se prazo de 72 horas para apresentação de emendas. A todos os constituintes (e não a blocos de 280). Cada um pode oferecer três emendas e pedir seis destaques de votação. Mas para se substituir integralmente qualquer

## Parlamentaristas

### se armam: querem convencer Ulysses a ser primeiro-ministro.

Parlamentarismo-já, com implantação em março de 1988, com o partido unido em torno da escolha de Ulysses Guimarães ao cargo de primeiro-ministro: esta é a tática que líderes parlamentaristas do PMDB estão desenvolvendo, com o objetivo de convencer o presidente do partido a aceitar a proposta, principalmente sua indicação a primeiro-ministro — chefe de governo.

O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães está sendo esperado hoje em Brasília. Sua missão: a de mostrar ao seu amigo (e ex-protetor no ministério) Ulysses Guimarães a necessidade de aceitar o parlamentarismo, eleições em novembro de 1988 e sua indicação para as funções de primeiro-ministro em março próximo.

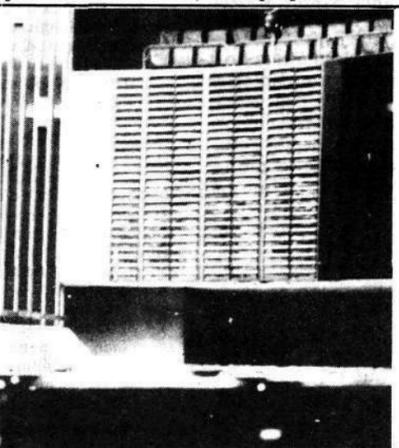
A escolha de Ulysses Guimarães, se mantido o parlamentarismo, teria o apoio do bloco de centro-esquerda e das facções de esquerda do PMDB, com restrições do bloco de centro-direita. "E o nome que mais soma e tem a confiança do presidente Sarney, não sofrendo restrições dos meios empresariais e de chefes militares" — disse um dos líderes do grupo parlamentarista interpartidário.

A candidatura Ulysses a primeiro-ministro, garantem os coordenadores do movimento, teria também o apoio de Mário Covas, José Richa, Orestes Quêrcia, Waldir Pires, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Moreira Franco e outras lideranças.

Os parlamentaristas de vários partidos estão cientes de que está nas ruas, nos círculos palacianos e partidários a campanha para derrubar o parlamentarismo e, se possível, estabelecer o mandato de Sarney em cinco anos, com eleições em 89. Ontem mesmo, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou moção do deputado Néfi Tales, por 41 votos a sete, pela manutenção do presidencialismo.

Já o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), anunciou, em Salvador, que apresentará proposta à Constituinte, ainda esta semana, pela realização de plebiscito sobre o sistema de governo, no mesmo dia da elei-

ção presidencial que deve ocorrer em 88. Pela proposta, o artigo referente ao sistema de governo ficaria vago, mesmo depois da promulgação da nova Constituição, até o plebiscito. Para Afif, essa proposta teria



## O PAINEL

O grande teste do sistema eletrônico de votação da Câmara está sendo aguardado para hoje, durante a votação sobre a mudança do regimento. O painel passou por uma profunda revisão: os técnicos trocaram até o cérebro eletrônico dos terminais, para atender os 559 constituintes. São 549 pontos de votação, que correspondem ao número de cadeiras, mas outros pontos avulsos foram instalados no plenário, para atender os excedentes.

capítulo ou subseção do substitutivo a emenda tem de ser subscrita por no mínimo 187 constituintes. Não se permite a apresentação de substitutivo integral nem mesmo para qualquer dos nove títulos em que se divide o texto da Comissão. E mantém a mecânica tradicional de votação: vota-se primeiro cada título, seguido do grupo de emendas com parecer contrário ou favorável, ressaltados os destaques. Depois é que são votados os destaques. Não existe a hipótese de uma parte destacada do substitutivo precisar de 280 votos favoráveis para a ele retornar. E todas as milhares de emendas anteriores são declaradas prejudicadas.

As 11 emendas aceitas pela Mesa não introduzem maior alteração na proposta anterior de Mauro Benevides. Cinco delas se referem a um só ponto: ou suprimem o dispositivo que permite a apresentação de substitutivo integral para o título das "Disposições Transitórias" ou simplesmente proíbem, nessa parte, substitutivo integral, por tratar ela de matérias muito diversas e de estar em consonância com a parte permanente. Outras emendas ampliam de alguns minutos o tempo destinado aos oradores ou se destinam a aperfeiçoar alguns artigos.

muito mais possibilidade de ser aprovada do que a de eleições gerais em 88.

Os parlamentaristas acreditam que, com a candidatura Ulysses sendo divulgada desde logo, haveria ambiente adequado para confirmar o parlamentarismo e as eleições presidenciais em 88.

Apesar do entusiasmo dos "cabos-eleitorais" do parlamentarismo-já e da candidatura do presidente do PMDB a chefe de governo (primeiro-ministro), o grupo ainda não está unido. Não os que preferem reabrir negociações com o governo, para tentar a implantação do sistema de gabinete mediante entendimentos com Sarney. O mandato de Sarney seria de cinco anos, com eleições em novembro de 1989.

O parlamentarismo só seria implantado em março de 1989, com o primeiro-ministro de livre escolha do presidente José Sarney. Os que defendem esta tese dizem que a implantação do parlamentarismo em março do próximo ano, oito meses antes das eleições presidenciais, seria um enorme risco: o sistema não suportaria a campanha dos presidencialistas e cairia no descrédito antes de se consolidar.

Há ainda muitos que querem confirmar as eleições presidenciais em 88, mas adiado a implantação do sistema, de março próximo para março de 1989. Durante todo o ano de 1988, Sarney continuaria exercendo as atribuições de chefe de Estado e chefe de governo. O presidente eleito em 88 já organizaria seu esquema político para a melhor implantação do parlamentarismo na sua posse. Esta tese vem sendo defendida, principalmente pelo senador Nelson Carneiro (RJ) e deputado Pimenta da Veiga (MG).

Os senadores José Richa (PR), Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas (SP) preferem insistir com a bandeira do parlamentarismo já em março de 88, com eleições presidenciais em novembro do mesmo ano. Aham que o adiamento por um ano da implantação do parlamentarismo seria abrir um enorme campo para o trabalho destrutivo dos presidencialistas.

## CABRAL-3

### Ulysses apela aos parlamentares: "Vamos votar logo esse documento".

"Vamos votar logo esse documento, vamos elaborar logo a futura Constituição do País." A palavra de ordem foi dada ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na solenidade de entrega oficial do substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização, que será agora votado no plenário da Assembleia.

Ele ressaltou que o País precisa desse documento para "garantir o seu desenvolvimento e a sua tranquilidade". O projeto de Constituição, segundo Ulysses Guimarães, já foi suficientemente debatido e deve receber a aprovação dos 569 constituintes que compõem a Assembleia. "Eu mesmo assinaria, se isso fizesse alguma diferença, 80% do texto da Sistematização." Os 20% restantes, conforme salientou, ficam para as emendas, para as novas idéias que tenham como objetivo conseguir melhor solução para as questões de interesse nacional.

Do relator Bernardo Cabral, Ulysses Guimarães ouviu apelo para que não dê importância ao "canto das sereias que andam por aí tentando desmoralizar o nosso trabalho". O relator afirmou que os pecados porventura existentes no texto da Sistematização — "e sei que eles existem" — poderão ser absorvidos no plenário, "agora com a presença de Ulysses Guimarães à frente de nossos trabalhos".

Bernardo Cabral transformou a solenidade numa homenagem a Ulysses Guimarães, dizendo que ele voltou "purificado" da operação que desobstruiu suas coronárias e em condições de conduzir da melhor forma possível a última e decisiva fase dos trabalhos constituintes. "Que Deus nos ilumine" — concluiu.

## Exageros

Em nome do presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, que estava ausente de Brasília, falou o deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), que advertiu que a Nação deseja que os constituintes votem com o "máximo de ponderação, preocupados fundamentalmente com o despropósito, a paz e a segurança do Brasil. Sem exageros xenófobos — acrescentou —, incompatíveis com o estreitamento das relações internacionais; sem monstruosidades estatizantes que inviabilizem a disponibilidade de meios para a ação social do poder público; sem restrições que desestimulem a atividade econômica; sem interveniências governamentais que dificultem o ajustamento das forças produtivas para a solução dos seus problemas e interesses comuns".

Em seguida, dirigindo-se a Ulysses Guimarães, Aluizio Campos ressaltou que ao acreditar na Constituinte, "V. exa. reflete a ansiedade do nosso povo por uma nação realmente soberana, progressiva, ordeira, crente na própria capacidade de conciliação para vencer obstáculos econômicos e diferenças sociais, de modo a utilizar, sem desperdícios, os recursos que Deus lhe proporcionou para subsistir em paz e sem miséria".

## Polêmica

O presidente do PFL, senador Marco Maciel discutiu, segunda-feira à noite, no apartamento do senador Severo Gomes (PMDB-SP) com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, sobre a possibilidade de entendimento dos dois partidos em torno de questões polêmicas do projeto da nova Constituição. Ambos ficaram de levantar os pontos mais controversos, para apreciação posterior.

Maciel se encontrará, hoje, a partir das dez horas, com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho e, depois, com o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, e do PDT, Leonel Brizola, com "o objetivo de reduzir o nível de atrito na Constituinte".